

A ECONOMIA POLÍTICA DOS GOVERNOS DILMA: ACUMULAÇÃO, BLOCO NO PODER E CRISE

Eduardo Costa Pinto*
 José Paulo Guedes Pinto**
 Grasiela Baruco***
 Alexis Saludjian*
 Paulo Balanco****
 Carlos Schonerwald*****
 Isabela Nogueira*

RESUMO

O presente artigo pretende analisar, por meio da abordagem da crítica da economia política, a dinâmica dos governos Dilma Rousseff, eleita pelo Partido dos Trabalhadores, e a atual crise em curso, buscando identificar (1) os principais fatores que geraram a crise econômica e política em andamento no país, que vai assumindo progressivamente um caráter estrutural sob efeitos da “Operação Lava Jato”; e (2) os possíveis desdobramentos dessa crise em termos de curto (ajuste fiscal, *impeachment*, letargia governamental, esgarçamento do PT) e de longo prazo (reformas neoliberais pró-capitalistas e reestruturação dos blocos de capitais).

Palavras-chave: Governos Dilma; Acumulação; Bloco no poder; Crise.

ABSTRACT

This article seeks to analyze, through the critique of political economy approach, the dynamics of the government of Dilma Rousseff, elected by the Workers' Party, and the current ongoing crisis in order to identify (1) the main factors that led to the economical and political crisis underway in the country, which is progressively assuming a structural character under the effects of “Lava Jato” operation, and (2) the possible consequences of this crisis in the short-run (fiscal adjustment, impeachment, governmental lethargy, fraying of PT) as well as in the long-run (pro-capitalist neoliberal reforms and restructuring of capital blocks).

Keywords: Dilma government; accumulation; power block; crisis.

JEL: B51

Submetido às sessões ordinárias

Área 2: História econômica e economia brasileira

* Professor(a) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA)

** Professor do Bacharelado de Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC e membro do GAMA

*** Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e membro do GAMA.

**** Professora da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFBA e membro do GAMA.

***** Professor do CCJE/UFRJ e membro do GAMA.

1. INTRODUÇÃO

Cumprido apenas um ano do seu segundo e último mandato, o governo da presidenta Dilma Rousseff, reeleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 2014, esgotou sua capacidade de transformação. O governo não consegue pautar nenhuma agenda programática. A palavra de ordem tornou-se o ajuste fiscal – ou melhor, o novo ajuste do ajuste¹. A desarticulação política é enorme, a economia encontra-se em profunda recessão e, junto com ela, seguem em crise os mecanismos de acumulação de parte expressiva dos capitalistas (não bancário-financeiros) brasileiros.

A crise econômica e política persiste sem sinais de reversão. Pelo contrário, o que se observa é um aprofundamento da crise que ganha contornos críticos com o fim da frente política desenvolvimentista configurada ao longo do 2º governo Lula, em decorrência da imobilidade política e econômica do governo e com os desdobramentos políticos e empresariais da “Operação Lava Jato” – conduzida pelo juiz federal Sérgio Moro, que investiga práticas de corrupção na Petrobras e em outros órgãos do governo.

No plano econômico, a recessão tornou-se uma realidade com o aumento do desemprego e com o desmoronamento do investimento. O PIB retraiu-se 3,8% em 2015 e a expectativa para 2016 é também de retração. No plano político a situação consegue ser ainda pior, uma vez que (i) o Planalto não consegue articular sua base parlamentar no Congresso Nacional; (ii) o PT desmoraliza-se diante dos avanços da “Lava Jato” (que avança sobre Lula – principal ícone do partido) e colapsa diante de sua incapacidade de reconstruir um projeto popular para a Nação; (iii) há extrema desconfiança dos setores dominantes, da população em geral e de parte expressiva da esquerda (inclusive dentro do PT) com Dilma Rousseff e com os rumos do Partido dos Trabalhadores; e (iv) o fantasma do *impeachment* ronda o Palácio do Planalto como importante instrumento de pressão do bloco no poder (setores dominantes) e de seus representantes (na cena política) para que o governo avance na direção do ajuste fiscal e, se possível, no rumo de novas reformas estruturais neoliberais.

Diante disso, este artigo pretende analisar, por meio da abordagem da crítica da economia política, a dinâmica do período governamental de Dilma Rousseff até aqui efetivado (2011-2015) e a crise em curso, buscando identificar os principais fatores que geraram tal crise estrutural sob os efeitos da “Operação Lava Jato” e os possíveis desdobramentos dessa crise em termos de curto (ajuste fiscal, *impeachment*, letargia governamental e esgarçamento do PT) e de longo prazo (reformas neoliberais pró-capitalistas e reestruturação dos blocos de capitais).

Além da introdução, o artigo divide-se em mais cinco seções. Na segunda, apresentam-se os principais elementos teóricos da crítica da economia política que servirão como eixo condutor da

1 O ex-ministro da Fazenda, Joaquim Levy, certamente, agradeceu, assim como o seu ex-patrão Luis Carlos Trabuco, presidente do Banco Bradesco, e, também, como o seu ex-colega de ministério e, agora, seu sucessor na Fazenda, Nelson Barbosa – que faz cena, mas defende um superávit primário de 2% e luta por uma reforma da previdência que retira direitos dos trabalhadores (ver Barbosa, 2015).

análise. Na seção três, pretende-se mostrar como o padrão de acumulação do capitalismo brasileiro, inserido no contexto internacional de extrema bonança ao longo dos governos Lula (2003-2010), configurou uma frente política desenvolvimentista instável (formada pela burguesia brasileira, pelo governo do PT e por parte do movimento sindical e popular), sem que para isso fosse necessário desarmar a dominância dos segmentos bancário-financeiros no processo de acumulação de capital no Brasil. Na seção quatro, enseja-se analisar a dinâmica econômica e política do governo Dilma, buscando identificar os principais fatores geradores da atual crise, que vai ganhando contornos estruturais, sob impacto da Operação Lava Jato, destacando o papel desempenhado pelo fim da frente política desenvolvimentista e os possíveis desdobramentos de curto e de longo prazo da crise. Por fim, na seção cinco, procura-se alinhar algumas ideias a título de conclusão.

2. ELEMENTOS TEÓRICOS DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

Na abordagem da crítica da economia política aqui adota, assim como em Pinto & Balanco (2014), utilizaremos a categoria bloco no poder para realizar a mediação entre os diferentes níveis de abstração entre o capital em geral e as frações de classe (pluralidade de capitais) e a integração entre os planos da luta econômica (acumulação) e política das classes (Estado).

Isto posto, vejamos em linhas gerais como se constitui a dinâmica e as contradições do processo de acumulação no modo de produção capitalista. Ao final do ciclo de acumulação ($D - M - D'$; dinheiro – mercadoria – dinheiro acrescido de mais-valor), o capital encontra-se novamente transformado. Para que o ciclo seja completado, o capital terá que realizar a nada trivial etapa de retornar ao mercado com o propósito de converter-se em dinheiro, ou seja, de realizar o “salto mortal da mercadoria”, e obter o reconhecimento social da mais-valia produzida (MARX, 1986).

Esse nada trivial “salto mortal da mercadoria” expressa as relações contraditórias entre as condições de produção das mercadorias e a sua realização (reconhecimento social da mais-valia produzida) que necessariamente geram movimentos cíclicos na acumulação de capital que podem assumir a forma de crise. Nesse sentido, o próprio processo de produção e a realização do capital contém a contradição entre o valor e o valor de uso que, sujeita às leis de funcionamento da economia capitalista, geram as crises recorrentes (CARCANHOLO, 1996 e 2011) que se manifestam de diversas formas a depender de determinadas condições da acumulação e das estruturas político-institucionais datadas historicamente.

Todavia, antes de prosseguirmos, façamos um esclarecimento de ordem metodológica. Quando Marx teoriza, preliminarmente, o ciclo do capital, ou o processo de sua circulação, ele o faz considerando exclusivamente a perspectiva da única espécie de capital que gera valor e mais-valia, por ele denominado “capital industrial”, e mediante o pressuposto, ou nível de abstração, do “capital em geral”. Corresponde à forma capitalista de produção, independentemente da divisão do capital por ramos distintos da produção social. Assim, não se confunde com a categoria de capital comercial, financeiro ou a de capital industrial (manufatureiro) propriamente dito.

Por conseguinte, no que diz respeito ao ciclo do capital, a acumulação do capital em geral ($D - M \dots (P) \dots M' - D'$) requer o movimento de suas formas funcionais (capital-dinheiro (D), capital-produtivo (P) e capital mercadoria (M)). Contudo, por outro lado, ao analisar o processo da divisão da mais-valia do ponto de vista social, Marx muda o pressuposto metodológico e o nível de abstração de tal forma que a análise passa do plano do “capital em geral” para o plano da “pluralidade dos capitais”. Nesta situação, são introduzidas as chamadas formas “concretas” do capital, espelhando, portanto, uma autonomização decorrente da divisão social das atividades entre os capitalistas no processo da reprodução ampliada, sendo que cada uma dessas formas pode ser realizada por empresas especializadas, com o que, consequentemente, o capital mercadoria configura-se em capital comercial, o capital-dinheiro em capital portador de juros (ou capital financeiro) e o capital-produtivo em capital industrial (MARX, 1986).

No plano da pluralidade de capitais, é possível identificar as formas concretas do capital que são os elementos determinantes em última instância das frações de classe. Nesse sentido, a identificação das frações de classe deve levar em as formas “concretas” do capital (capitais comercial, industrial e dinheiro) e também outras dimensões atreladas a determinada formação histórico-social, tais como: o poder de mercado das empresas (capital grande, médio e monopolista); as relações da burguesia com o exterior (origem do capital e destino da produção – mercado interno e exportação); e as dimensões políticas e ideológicas que podem gerar a formação de determinada fração de classe (BOITO, 2006; FILGUEIRAS, 2006; POULANTZAS, 1977).

A partir dessas dimensões, é possível identificar as seguintes frações, válidas também para a formação social brasileira, a saber: burguesia comercial, burguesia industrial e burguesia portadora de juros (bancário-financeira). Estas frações também são potencialmente divididas pelo seu tamanho (dos seus respectivos capitais) e por suas relações com o exterior.

Contemporaneamente, essas frações (grande burguesia industrial, grande burguesia comercial, etc.) estão, em boa medida, financeirizadas (lógica do capital fictício), mas não necessariamente estão ligadas organicamente às frações da grande burguesia bancário-financeira. Esta fração, inclusive, é o núcleo central do processo de financeirização (acumulação fictícia), já que a maior parte dos seus lucros é originária da acumulação por meio da posse de títulos da dívida, ações, derivativos financeiros e bônus corporativos.

A existência das frações capitalistas numa dada formação histórica, constituída por determinadas instituições, não implica numa fragmentação do poder econômico e político do capital, mas sim em constantes movimentos de unidade/cooperação e conflito entre essas frações capitalistas (corporificadas na dinâmica do bloco no poder) no plano das formações sociais. Nesse sentido, o bloco no poder é uma unidade contraditória entre distintas classes e/ou frações de classes, sob a hegemonia no sentido gramsciano, no seu interior, de uma dessas frações, em suas relações com o

Estado capitalista. Essa categoria mediadora pode ser utilizada tanto no plano econômico da concorrência capitalista (luta econômica de classes) como no plano político das práticas políticas de classe (luta política de classe), refletindo o conjunto das instâncias, das mediações e dos níveis da luta de classes (POULANTZAS 1977; PINTO, 2010).

No plano político, o bloco no poder é formado pelas classes (e frações) que atuam nas áreas de poder (centro de poder = poder real) no seio do Estado, ou seja, ocupam o *locus* da dominação da luta política de classes. Os centros de poder do Estado são os lugares institucionais onde as decisões fundamentais são efetivamente tomadas, inclusive sem nenhuma subordinação hierárquica a outra agência burocrática do sistema estatal. Consequentemente, estes são os locais institucionais do Estado para onde são direcionadas as principais demandas das classes ou frações de classes dominantes (CODATO, 1997; PINTO, 2010)

O bloco no poder, bem como sua dinâmica e periodização histórica, é conformado na dimensão das *práticas* políticas de classe, que por sua vez é diferente da dimensão da *cena* política. Esta última se circunscreve ao campo das disputas eleitorais e dos partidos políticos – mais especificamente, trata-se dos espaços de representação e disputas políticas dos interesses dos dominantes e dominados mediados por agentes políticos individuais e/ou por partidos (POULANTZAS, 1977).

É a partir da análise da dinâmica do bloco no poder em seus espaços concretos de atuação (acumulação, no campo da luta econômica de classe, e Estado, no campo da luta política de classe) que podemos decifrar a significação real das práticas políticas de classe, bem como suas relações com os partidos que operam na cena política e suas relações com a fração política que operam no aparelho de Estado.

Adotar tal caminho implica em não conceber o Estado por meio de ideias pré-concebidas a respeito do seu papel ativo ou passivo, mas sim adotar uma perspectiva relacional que considera o Estado como a combinação (em maior ou menor grau) da autonomia relativa e da subordinação de determinados interesses de classe, a depender da conjuntura espacial e temporal; e como um elemento intrínseco/endógeno ao processo de acumulação do capital (POULANTZAS, 1985, OLIVEIRA, 2004; PINTO & BALANCO, 2014). Com isso, o papel desempenhado pelo Estado aparece tanto no nível abstrato-formal (“teoria geral do modo de produção capitalista”) como no nível concreto-real. Neste último nível, o Estado deve ser analisado levando em conta a possibilidade de separação entre “poder de Estado” e “poder de classe”. Isso ocorre em virtude das “lutas políticas de grupos, de facções e de frações de classe” (CODATO & PERISSINOTTO, 2001, p. 17) se efetivarem no nível concreto-real. Com isso, em certas situações históricas específicas, o Estado pode assumir, por um certo período determinado, a capacidade de decisão e de iniciativa relativas diante das frações do bloco no poder, podendo inclusive vir a ser mais influenciado, em certo grau, por segmentos dos dominados (POULANTZAS, 1985).

Nem por isso o Estado deixa de ser o espaço de dominação do bloco no poder e do capital em geral, pois ele funciona como o grande organizador (atuação direta e indireta) da acumulação e da ordem capitalista na medida em que atua (i) no monopólio do uso da violência para garantir e proteger a propriedade privada; (ii) na formulação e imposição das leis que criam os instrumentos legais para o cumprimento dos contratos e que regulam a forma de trabalho por meio da disciplina do trabalho e da insegurança do emprego; e (iii) na gestão da moeda e do câmbio, da tributação e da dívida pública (políticas monetárias, fiscais e cambiais) com o objetivo de garantir a estabilidade da moeda, a regulação do conflito distributivo e assegurar a previsibilidade para a rentabilidade capitalista. Com isso, as políticas macroeconômicas são formuladas para alterar ou manter preços relativos que irão definir quais frações de classes serão ganhadoras ou perdedoras diante do processo de acumulação capitalista (PANITCH & GINDIN, 2005; PINTO & BALANCO, 2014).

Dado esse amplo leque de disputas e interesses, as políticas de Estado, no curto prazo, refletem “processos extremamente contraditórios, de medidas, de contramedidas, de blocagens, de filtragens escalonadas” (POULANTZAS, 1985, p. 96-97). No entanto, ao se juntar nessa análise a dinâmica do bloco no poder e do capital em geral, observa-se que os resultados das políticas são manifestações da hegemonia do bloco no poder que deve proporcionar a ampliação da acumulação e da dominação do capital. Nesse sentido, o Estado atua indiretamente e diretamente na manutenção da ordem capitalista e da acumulação de capital (PINTO & BALANCO, 2014; POULANTZAS, 1985; OLIVEIRA, 2004).

Essa atuação direta e indireta do Estado na acumulação de capital, materializada em suas frações capitalistas, pode minimizar ou ampliar as contradições do processo de produção e realização da mercadoria, potencializando ou amainando as crises, a depender das correlações de forças entre o bloco no poder, as classes dominadas e o Estado e suas políticas numa determinada formação social datada historicamente.

A partir desses elementos teóricos da crítica da economia política, podemos agora tratar da atual crise em curso.

3. ACUMULAÇÃO E FRENTE POLÍTICA DOS GOVERNOS LULA

O malogro do modelo neoliberal, adotado por FHC, em cumprir suas promessas de crescimento, estabilidade e distribuição de renda permitiu a vitória eleitoral do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, em 2002,

Tanto a população, quanto parte dos setores dominantes brasileiros, ou seja, dos integrantes do bloco no poder naquele momento, queriam mudança. Porém, no caso dos últimos, não aquelas mudanças propostas pelo programa histórico do PT. Um dos sinais comprovadores desta intenção manifestou-se na forte crise cambial ocorrida no meio da campanha eleitoral de 2002. Aquela fuga de dólares pode ser interpretada como uma mensagem dos setores dominantes (nacionais e internacionais) para o PT, através da qual advertiam que o conteúdo de seu programa histórico, se

aplicado, implicaria em uma trajetória com muitos sobressaltos para ganhar a eleição e/ou governar o país. Lula e a cúpula do partido optaram pela linha de menor resistência que, àquela altura, representava um acordo com o setor dominante bancário-financeiro brasileiro. Ao mesmo tempo, tal atitude significou a adoção de uma nova rota contrária, em diversas situações, aos interesses dos grupos sociais tradicionalmente representados pelo Partido dos Trabalhadores.

Indícios disso foram, por exemplo, as reuniões restritas do candidato Lula e seu *staff* (Aloísio Mercadante, José Dirceu, Antonio Palocci etc.) com a Febraban. Nestes encontros fazia-se questão de deixar claro que a possível vitória de Lula não representaria rupturas. A “*Carta ao Povo Brasileiro*” sinalizou publicamente o que já vinha sendo discutido nos escritórios de luxo da Avenida Faria Lima. O acordo com o bloco no poder estava estabelecido. Em 2010, Dirceu, em reunião fechada com os congressistas do PT para discutir a reforma política, à época, afirmou de forma contundente: vocês não entenderam, somente ganhamos as eleições porque fizemos um acordo com o bloco no poder².

Cabe observar que aquele acordo instável e contraditório fora caracterizado e justificado no plano econômico por um permanente “estado de emergência” decorrente de eventos deletérios, tais como as ameaças de fugas de capital (manutenção do grau de confiança), as crises cambiais e a volta da inflação (PAULANI, 2008), cenário construído em virtude da manutenção da posição vantajosa, no âmbito da correlação de forças, dos segmentos bancário-financeiro no processo de acumulação no Brasil, mesmo durante o segundo governo Lula. E, também, no plano da representação, em virtude da constante desconfiança, uma vez que não é trivial a aceitação por parte dos setores dominantes brasileiros – marcados pela lógica e pela hierarquia da Casa Grande-Senzala – da ascensão à presidência do país de um migrante nordestino pobre, metalúrgico e formado no âmbito do Partido dos Trabalhadores.

Um dos eixos desse acordo foi a manutenção, durante os governos Lula, do regime macroeconômico do governo FHC (sistemas de metas de inflação, superávits primários e taxa de câmbio flutuante). Apesar da manutenção destes pilares, este regime foi, de certa forma, sendo flexibilizado no segundo mandato Lula após a crise do mensalão e, sobretudo, depois da crise internacional iniciada em 2007, em meio a uma conjuntura que contava com uma restrição externa menos limitadora, dado o acúmulo de reservas internacionais pelo Banco Central. Essa flexibilização centrou-se na ampliação do crédito, no aumento do salário mínimo, na ampliação dos programas de transferência de renda, na criação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e do programa Minha Casa Minha Vida, na ampliação da atuação da Petrobras e do Banco Nacional de

² As informações contidas neste parágrafo foram obtidas por meio de conversas informais com pessoa que participaram dessas reuniões ou que obtiveram informações de terceiros que estiveram presentes nesses encontros.

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, em termos gerais, nas políticas anticíclicas do período do pós-crise internacional.

Mesmo com a flexibilização do regime macroeconômico, no segundo governo Lula permaneceu expressiva a defesa, por parte de vários núcleos de poder do Estado (notadamente o Banco Central), da ideia de que as políticas econômicas afetariam apenas a estabilidade ou instabilidade de curto prazo, impactando muito pouco, ou quase nada, o crescimento econômico de longo prazo. Sob tal perspectiva, as políticas econômicas deveriam ser direcionadas à estabilidade de preços, uma vez que o crescimento seria originário do estabelecimento de normas e organizações que garantissem o direito de propriedade, a redução dos custos de transação e a melhora nas expectativas dos agentes, o que potencializaria o funcionamento completo dos mercados (TEIXEIRA & PINTO, 2012).

Apesar da manutenção do regime macroeconômico, a flexibilização das políticas gerou um maior crescimento do PIB (3,5% em média entre 2003 e 2006 e 4,7% entre 2007 e 2010), do investimento (3,3% em média entre 2003 e 2006 e 7,3% entre 2007 e 2010) e dos gastos em políticas de transferência de renda, que proporcionaram maiores taxas de crescimento, aumento do consumo das famílias (boa parte através do mercado interno), melhora distributiva e redução da pobreza extrema. Isso somente foi possível em virtude da conjuntura internacional favorável, marcada pela ampla liquidez financeira internacional, com baixas taxas de juros nos países centrais e pela expressiva melhora nos termos de troca do Brasil (que se elevaram em 37% entre 2002 e 2011), o que gerou um bônus macroeconômico, reduzindo a restrição externa e fiscal, permitindo maiores expansões da demanda doméstica sem que isso provocasse desequilíbrios internos e externos.

Em linhas gerais, a elevação positiva dos termos de troca do Brasil proporcionou dois impactos positivos, associados aos efeitos renda e balanço de pagamentos, uma vez que resultou no aumento da renda disponível, ampliando a demanda doméstica e importada, e na melhora do saldo comercial e da conta corrente, reduzindo a vulnerabilidade externa por meio do acúmulo de reservas internacionais.³ Possibilitou, também, outro aspecto positivo de curto prazo, atrelado ao efeito cambial decorrente da apreciação do real⁴, que reduziu a pressão inflacionária⁵, estimulando o consumo e possibilitando a adoção de políticas monetárias e creditícias expansivas. Entretanto, esse efeito cambial foi muito negativo, no médio e longo prazo, na medida em que reforçou a estrutura produtiva e as exportações especializadas em recursos naturais, pois, por um lado, reduziu a competitividade das exportações da indústria de manufaturas e, por outro, ampliou a concorrência por meio dos importados (notadamente de origem chinesa) para as indústrias manufatureiras

3 A acumulação de reservas foi potencializada também pela abundância de capitais, com taxas de juros baixas, em âmbito internacional. Para uma discussão detalhada ver Cintra (2015).

4 Entre 2003 e 2011, o real apreciou-se em 45%.

5 Entre 1995 e 2003, a taxa de inflação anual do Brasil foi de 14,9%. Essa taxa decresceu, entre 2003 e 2011, para 6,5%.

existentes no país. Com isso, ocorreu um expressivo vazamento de renda para o exterior por meio do aumento das importações de manufaturas (elevando o coeficiente de importações), gerando renda e emprego industrial em outros países, notadamente na China (PINTO & CINTRA, 2015; BIELSCHOWSKY & SQUEFF & VASCONCELOS, 2014; PRADO, 2015; BARBOSA, 2011).

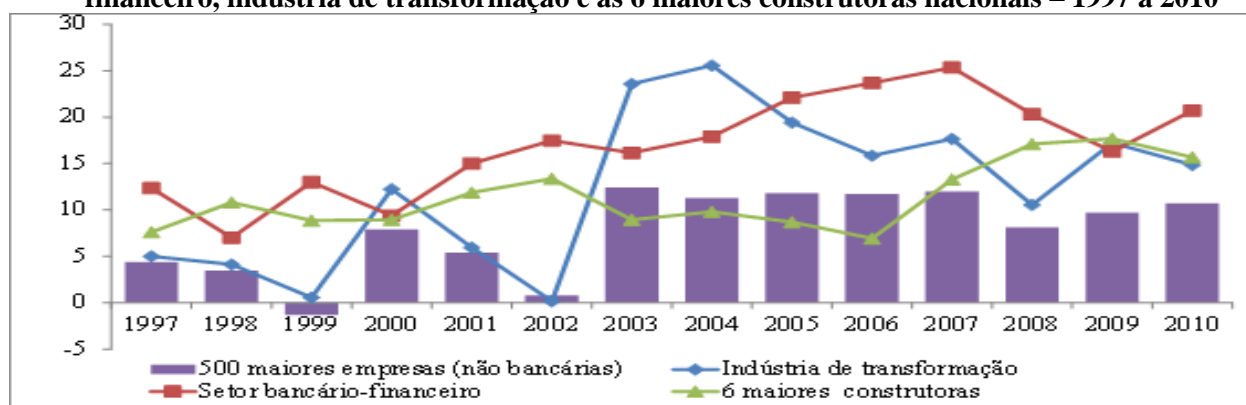
A conjuntura internacional extremamente favorável possibilitou, também durante os mandatos de Lula, um período atípico da acumulação capitalista brasileira, configurando um jogo de ganha-ganha. Isso permitiu o crescimento do mercado de consumo de massa, nos termos empregados por Bielschowsky, que, *a posteriori*, mostrou-se instável e fortemente dependente do cenário externo, pois, ao mesmo tempo, não foram introduzidas modificações estruturais em termos produtivos (pelo contrário, o que se observou foi a redução da participação da indústria de transformação) e das relações de dominação do bloco de poder brasileiro (manutenção da hegemonia do setor bancário-financeiro). Assim, foi possível crescer e distribuir renda sem afetar os ganhos e o poder dos setores financeiros e, concomitantemente, gerar maiores ganhos para os setores produtivos (serviços e indústria) e para os trabalhadores e reduzir a pobreza extrema. Todos os segmentos da sociedade ganharam (mesmo que de maneira desigual).

Não há dúvida que os programas de transferência direta de renda e o aumento do salário mínimo criaram uma ligação direta entre Lula e os subalternos historicamente excluídos (subproletariado), conforme defendido por Singer (2009). É possível constatar empiricamente que “nunca antes na história desse país” (frase recorrentemente usada pelo ex-presidente Lula) tantas pessoas saíram da condição de pobreza extrema. Apesar disso, essa ligação não significou uma plataforma política para os dominados, mas sim uma política, via consumo, que possibilitou a legitimação da dominação das frações do bloco no poder, com a incorporação de parte dos mais pobres ao consumo capitalista e a segmentos de bens públicos, com forte crescimento da chamada classe C, paralelamente à redução das classes E e D e da pobreza extrema (TEIXEIRA & PINTO, 2012). Todavia, ao optar por essa estratégia, o PT perdeu uma chance histórica de construir uma plataforma política para os subalternos e para os trabalhadores brasileiros, já que preferiu a integração desses segmentos pela via do consumo. A evolução dos eventos políticos mostrou que isso fez e está fazendo enorme falta para a sustentação de uma trajetória de desenvolvimento inclusiva através de uma intensa mobilização dos trabalhadores.

Para os setores dominantes, as políticas do governo Lula foram alvissareiras, pois os lucros auferidos pelos capitalistas não encontram precedentes na história do país. Entre 1997-2002 e 2003-2010, as taxas de rentabilidade médias sobre os patrimônios líquidos (ROE/ %) das 500 maiores empresas (não bancárias) e das empresas bancário-financeiras cresceram de 3,5% para 11,0% e de 12,4% para 20,3%, respectivamente. As grandes empresas da indústria de transformação (453 maiores empresas industriais – com a exceção dos sub-ramos petróleo e gás, refino de petróleo e

coque e álcool) também viram suas rentabilidades crescerem (de 4,7% entre 1997-2002 para 18,1% entre 2003-2010), a despeito da redução da participação desse segmento no PIB. Outro segmento que viu sua rentabilidade elevar-se foi o da construção civil. Para as seis maiores empresas desse segmento (Construtora Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Construtora OAS e Galvão Engenharia) a rentabilidade aumentou de 10,2% entre 1997-2002 para 12,3% entre 2003-2010, sendo que durante o segundo governo Lula (2007-2010) a rentabilidade média foi de 15,9% em virtude do crescimento do investimento público em infraestrutura decorrente do PAC e do programa Minha Casa Minha Vida (Gráfico 1 e Tabela A.1, em anexo) (PINTO, 2010; TEIXEIRA & PINTO, 2012; BASTOS et. al, 2015).

Gráfico 1
Rentabilidade sobre o patrimônio líquido/ROE (%) – 500 maiores empresas, setor bancário-financeiro, indústria de transformação e as 6 maiores construtoras nacionais – 1997 a 2010



Fonte: Base de dados própria, a partir das informações da *Revista Exame* (Maiores e Melhores) para as 500 maiores empresas (não bancárias), para a indústria de transformação (com a exceção dos sub-ramos petróleo e gás, refino de petróleo e coque e álcool) e para as empreiteiras; e das revistas *Balanço Anual* da *Gazeta Mercantil* (para o setor bancário-financeiro entre 1997 e 2004) e Banco Central (para o setor bancário entre 2005 e 2010).

Cabe observar que a expansão da rentabilidade da indústria de transformação foi observada em praticamente todos os setores. As empresas dos segmentos de automóveis, camionetas e ônibus, de eletrodoméstico e de fabricação de aços e derivados (seis maiores do setor) elevaram suas rentabilidades médias de -13,3% para 31,3%, de 2,35% para 15,7% e de 6% para 26,6%, respectivamente, entre 1997-2001 e 2003-2010 (Tabela A.1, em anexo) (PINTO, 2010; TEIXEIRA & PINTO, 2012; BASTOS et. al, 2015).

Com o crescimento da economia, a partir de 2005, articulado ao avanço do mercado interno – gerando maior volume de empregos e de lucros para o setor manufatureiro e de crédito e rentabilidade para o setor financeiro – verificaram-se expansões na acumulação dos segmentos industriais nacionais e internacionais e da construção civil. Com isso, esses segmentos passaram a exercer maior influência sobre os núcleos de poder do Estado brasileiro e a discussão a respeito do desenvolvimentismo retornou ao debate entre acadêmicos⁶ e entre formuladores das políticas públicas no âmbito da

⁶ No âmbito acadêmico das escolas de economia heterodoxas brasileiras, o desenvolvimentismo (compreendido como a convenção que busca transformações estruturais, impulsionadas pelo Estado, voltadas à diversificação produtiva que

burocracia estatal. Aquela nova fase da acumulação capitalista ao longo do período Lula, sobretudo em seu segundo mandato, atrelada ao contexto externo favorável, permitiu ao governo articular uma coalizão de interesses (frente política “desenvolvimentista”) entre parte da burguesia e parte do movimento sindical e popular (BOITO JR, 2012), sem que para isso fosse necessário tirar do poder de segmentos bancário-financeiros que continuaram obtendo elevadas taxas de rentabilidade (20,7% entre 2007-2010, ver tabela A.1, em anexo).

Essa frente política foi construída a partir de três eixos. O primeiro foi marcado pela forte interação entre o governo Lula e os segmentos da indústria de *commodities* intensiva em capital (JBS, Friboi, BRF, Vale, Gerdau, Votorantin) e da construção civil (Construtora Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Construtora OAS e Galvão), que teve como objetivo criar e fortalecer os grandes grupos econômicos nacionais por meio de programas especiais de crédito e de participação acionária, via atuação do BNDES, por meio do apoio à sua internacionalização e por meio das estratégias de investimento da Petrobras atrelada à exigência de conteúdo nacional para a aquisição de insumos pela estatal (BOITO JR, 2012; NOGUEIRA & OLLINAHO, 2015; FILGUEIRAS, 2012; ALMEIDA & OLIVEIRA & SCHNEIDER, 2014).

O segundo eixo dessa coalização de interesses foi construído por meio da expansão do crédito de curto prazo para as empresas e famílias e dos ganhos salariais (aumento real do salário mínimo e da renda real média) para os trabalhadores dos diversos segmentos produtivos, que, em conjunto, implicaram na expansão do consumo de massa. Isso consolidou o apoio do movimento sindical e popular à frente política desenvolvimentista (BOITO JR, 2012).

O terceiro eixo diz respeito à relação entre a frente política desenvolvimentista (parte da burguesia brasileira, governo do PT e movimento sindical e popular) e o segmento bancário-financeiro. Não se fez necessário realizar um deslocamento de excedente entre os setores econômicos nem muito menos reorganizar as estruturas de poder do capitalismo brasileiro em suas mediações com os núcleos de poder do Estado, historicamente marcado por relações fortemente personalistas entre o privado e o público, pois o crescimento econômico, no contexto de bônus macroeconômico decorrente da economia internacional, permitiu ganhos para todos os segmentos da sociedade brasileira. O avanço da frente desenvolvimentista, àquela altura, não implicou no fim do “acordo” entre o governo do PT e o segmento bancário-financeiro brasileiro, construído ainda durante a

permita endogeneizar a tecnologia, ampliar a acumulação e a produtividade que gerará, consequentemente, mudanças no perfil da demanda, abrindo espaço para a geração de ganhos salariais para o conjunto da população) retornou a cena a partir de dois eixos distintos: o novo-desenvolvimentismo e o social-desenvolvimentismo. Para uma discussão sobre esse debate ver Bastos (2012), Carneiro (2012), Bielschowsky (2012), Bresser-Pereira & Theuer (2012) e Fonseca (2014). Para uma análise crítica do novo-desenvolvimentismo ver Castelo (2010).

primeira eleição do Lula. O conflito distributivo, entre capitais e entre capital e trabalho, fora amenizado no governo Lula, mas permaneceu latente à espera da eclosão.

É preciso ressaltar que essa frente política desenvolvimentista e sua “convivência pacífica” com os segmentos bancários-financeiros (eixo três) foram construídas em meio a inúmeras contradições, as quais foram amenizadas, em termos conjunturais, pelo maior crescimento econômico (acumulação de capital), pela extraordinária bonança internacional e seus efeitos macroeconômicos positivos, e pela habilidade política do presidente Lula – marcado por uma intensa trajetória no movimento sindical, que requer negociação constante – em conduzir essa frágil aliança que se “desmanchou no ar” durante o governo Dilma, acirrando as contradições históricas do padrão de acumulação e distribuição do capitalismo brasileiro.

4. GOVERNOS DILMA: VOLUNTARISMO, RUPTURA DA FRENTE DESENVOLVIMENTISTA, LAVA JATO E CRISE

Os dois anos iniciais do primeiro governo Dilma foram marcados por algumas medidas contundentes como, entre outras, a demissão de ministros envolvidos em corrupção, a redução das taxas de juros, a desvalorização cambial e modificações nos programas de concessões etc. A presidenta “coração valente” parecia querer enquadrar os políticos, os partidos e o Congresso Nacional (a cena política), a burocracia de Estado e até os setores dominantes (bloco no poder) brasileiros (banqueiros, empreiteiros, industriais e proprietários do agronegócio).

À época, o estilo contundente de Dilma, em comparação com o estilo conciliador de classes adotado pelo ex-presidente Lula, sinalizaria, para muitos, uma nova etapa de medidas econômicas e reguladoras que poderiam domesticar o excludente capitalismo brasileiro, caracterizado por altas taxas de rentabilidade, especialmente do segmento bancário-financeiro, elevada concentração da renda e da propriedade e elevada pobreza, a despeito das melhorias sociais verificadas nos anos anteriores. Dilma estaria indo além de Lula, rompendo o “acordo” entre a cúpula do Partido dos Trabalhadores (PT) – comandada pelo ex-presidente e por José Dirceu – e o setor dominante bancário-financeiro brasileiro; e avançando na estratégia desenvolvimentista (ampliando a frente política desenvolvimentista gestada no 2º governo Lula), buscando manter elevadas taxas de crescimento do PIB com a inclusão dos segmentos mais pobres da população brasileira.

Assim, no primeiro mandato, o governo Dilma – ainda surfando nos seus altos índices de popularidade – adotou um conjunto de ações buscando fortalecer o projeto desenvolvimentista. Para tanto, um dos principais eixos de atuação foi a redução da taxa Selic – que passou, em termos nominais, de 12,5% em agosto de 2011 para 7,25% em abril de 2013⁷ – e o ataque aos elevados

7 Em abril de 2013, a taxa de juros real chegou a ser cerca de 2,4% se se considera a diferença entre o contrato de *swap* com prazo de 360 dias e o IPCA projetado doze meses à frente. A menor taxa real pós Plano Real.

*spreads*⁸ dos bancos privados brasileiros por meio do aumento da concorrência via redução dos juros aos clientes adotada pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica. O discurso contundente da presidenta em 30 de abril de 2012, cobrando mudanças dos bancos privados em relação aos seus elevados juros e *spreads*, emitia sinais que o Estado brasileiro iria endurecer com o setor bancário-financeiro. A leniência com os bancos deveria acabar (PINTO, 2012; TEXEIRA & PINTO, 2012; SINGER, 2015).

Além disso, o governo realizou reformas no setor elétrico que proporcionaram reduções nas tarifas das contas de energia elétrica em 20%, e na concessão pública de serviços de transporte (portos, rodovias, ferrovias, aeroportos etc.), buscando aumentar os investimentos privados em infraestrutura. Tentando aproveitar a queda da taxa de juros básica e seus efeitos sobre as decisões de investimento, as reformas propunham reduções nas taxas de rentabilidade do setor elétrico e das novas concessões. A mudança no parâmetro de rentabilidade provocou tensão entre o Estado e o setor privado e dificultou avanços dos investimentos em infraestrutura (SINGER, 2015; LOPREATO, 2014). Lopreato (2014, p. 246) deixa isso muito claro ao afirmar que:

não é trivial reposicionar parâmetros de rentabilidade e atrair o investimento privado. Perde-se a sintonia entre o interesse público e o privado, cresce a incerteza e se acirra o conflito na disputa de posições, dando lugar a uma fase de transição, em que a vontade do setor público não convence o capital privado a impulsionar o gasto, aceitando tomar maior risco e menor taxa de remuneração.

Outro importante eixo de atuação foi a modificação na gestão da política cambial, que passou a adotar bandas não explícitas, buscando desvalorizar nominalmente o real – que passou de R\$/US\$ 1,58 em julho de 2011 para R\$/US\$ 2,03 em novembro de 2012 – com o objetivo de reestabelecer a competitividade da indústria de transformação. Cabe observar que essa estratégia de defesa da indústria nacional eliminou a política de valorização cambial que fora, ao longo da década de 2000, o principal instrumento de controle da inflação utilizado pelo Banco Central.

Além do câmbio, o governo adotou um amplo conjunto de medidas de defesa da recuperação da competitividade da indústria, materializado pelo Plano Brasil Maior, que continha os seguintes eixos: (i) a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis, linhas branca, móveis etc.; (ii) a manutenção do Programa de Sustentação do Investimento (PSI); e (iii) e uma política comercial que proporcionava benefícios aos fornecedores nacionais nas compras públicas e aumentava o valor médio das alíquotas de importação dentro das regras da OMC (LOPREATO, 2014).

⁸ Segundo palavras da presidenta no Dia do Trabalho de 2012: “É inadmissível que o Brasil, que tem um dos sistemas financeiros mais sólidos e lucrativos, continue com um dos juros mais altos do mundo. Esses valores não podem continuar tão altos. O Brasil de hoje não justifica isso”. (Cntu.org.br.)

Essas medidas estiveram articuladas a uma maior atuação do BNDES nos programas de crédito do investimento, sobretudo os vinculados ao PSI, e da Petrobras e sua política de compras de conteúdo nacional.

As medidas econômicas adotadas não surtiram os efeitos esperados no que tange ao dinamismo do PIB – que cresceu 3,9% em 2011 e 1,9% em 2012 – e do investimento, que expandiu 6,7% em 2011 e apenas de 0,8% em 2012, mas, mesmo assim, garantiram a manutenção do emprego e da renda da população.

Esse baixo dinamismo pode ser explicado, em parte, pela nova fase da conjuntura internacional, agora mais desfavorável, que gerou uma reversão dos termos de troca para o Brasil (de 11% entre 2011 e 2013), implicando num ônus macroeconômico no que diz respeito ao balanço de pagamento e ao efeito renda. Mas que também pode ser explicado pela dificuldade em alavancar os investimentos privados e públicos, que vão se deteriorando ao longo da segunda metade do primeiro governo Dilma. Tal circunstância é ilustrada pelo baixo crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo, de 0,7% em média entre 2013 e 2014, em virtude da contínua elevação da taxa de juros Selic a partir de 2013 – que saltou de 7,25% em abril de 2013 para 11% em agosto de 2014), da própria desaceleração econômica (que gerou queda do nível de utilização e da taxa de rentabilidade sobre o capital), das reformas do setor elétrico e das concessões (que inibiram o investimento em energia e em infraestrutura, dois dos maiores segmentos em termos de investimento), e da desaceleração dos investimentos da Petrobras desde 2011 (em decorrência de seus problemas financeiros, da operação lava jato e da queda do preço do petróleo no mercado internacional).

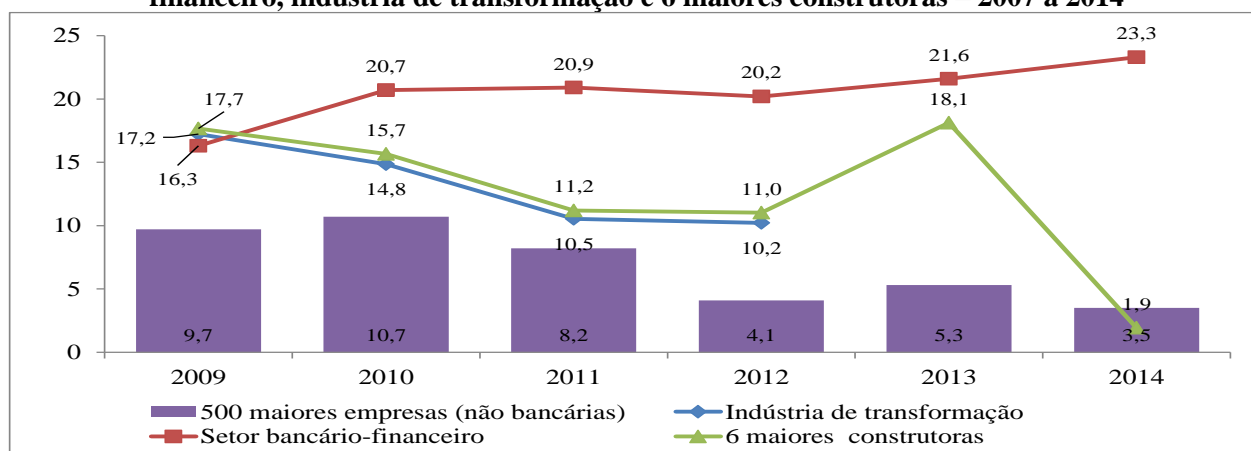
A desaceleração econômica, associada ao novo contexto internacional desfavorável, implicou na redução das taxas de rentabilidade dos segmentos dominantes, com a exceção do setor bancário-financeiro, gerando expressivos impactos negativos na acumulação de capital no Brasil.

Entre 2010 e 2014, as taxas de rentabilidade sobre os patrimônios líquidos (ROE%) das 500 maiores empresas (não bancárias), das empresas de alimentos e bebidas (as seis maiores do setor), da produção de petróleo e coque (Petrobras) e de empresas de fabricação de aços e derivados (as seis maiores do setor) decresceram, respectivamente, de 10,7% para 3,5%, de 13,9% para 13,1%, de 11,4% para -7% e de 14,3% para 3,1%. Essa tendência de queda de rentabilidade também foi verificada na indústria de transformação como um todo (entre as 453 maiores empresas industriais, com a exceção dos sub-ramos petróleo e gás, refino de petróleo e coque e álcool) que passou (de 14,8% em 2010 para 10,2% em 2012) e para as empresas de automóveis, camionetas e ônibus, que passou de (de 49,2% em 2010 para 14,5% em 2013), vide o Gráfico 2 e a Tabela A.1, em anexo.

As seis maiores empresas da construção civil (seis maiores construtoras), representando outro segmento que também enfrentou retração, viram suas rentabilidades despencarem, sobretudo em

2014, passando de 15,7%, em 2010, para 1,9%, em 2014 (Gráfico 2 e Tabela A.1, em anexo), em virtude da forte desaceleração do investimento e dos impactos iniciais da Operação “Lava Jato”.

Gráfico 2
Rentabilidade sobre o patrimônio líquido/ROE (%) – 500 maiores empresas, setor bancário-financeiro, indústria de transformação e 6 maiores construtoras – 2007 a 2014



Fonte: Base de dados própria, a partir das informações da *Revista Exame* (Maiores e Melhores) para as 500 maiores empresas (não bancárias), para a indústria de transformação (com a exceção dos sub-ramos petróleo e gás, refino de petróleo e coque e álcool) e para as empreiteiras; e Banco Central para o setor bancário.

Nesse cenário de desaceleração econômica, o único segmento que viu sua rentabilidade crescer foi o bancário-financeiro, que passou de 20,7%, em 2010, para 23,3%, em 2014 (Gráfico 2 e Tabela A.1, em anexo). Ironicamente, o segmento que tinha sido escolhido pela presidenta como o alvo de seus ataques através da redução dos *spreads* e da rentabilidade, foi o que obteve melhores resultados em decorrência da elevação das taxas de juros Selic a partir de 2003. Para Singer (2015, p. 50),

ao elevar sistematicamente a Selic, restabeleceu-se a dualidade típica anterior ao ensaio [desenvolvimentista], na qual, enquanto a Fazenda buscava meios de fazer a economia deslanchar, o BC apostava na contração, carreando recursos para os rentistas. A partir daí, o desenvolvimentismo oferece resistência surda, porém crescentemente enfraquecida, à pressão em favor do choque neoliberal. Nos meses seguintes, além do aumento contínuo dos juros, o corte no investimento público, o aumento da taxa de retorno nas concessões, a diminuição das restrições ao capital especulativo e as privatizações na área de transportes iriam pontilhando a volta atrás.

A queda generalizada na rentabilidade das empresas (não bancário-financeiras) foi paulatinamente afetando de forma negativa a instável frente política desenvolvimentista, sobretudo pelo lado dos empresários da indústria. Para que esta frente política continuasse de pé (entregando taxas de rentabilidade positivas para a burguesia e mantendo o emprego e a renda para o movimento sindical e popular), o governo Dilma teve de expandir as desonerações e o crédito subsidiado para as grandes empresas industriais, que saltou de 0,2% do PIB em 2009 para 1% do PIB em 2014.

Isso pressionou ainda mais as contas públicas em decorrência do aumento das despesas primárias (que saltaram de 17,7% do PIB em 2009 para 18,9% do PIB em 2014), que já vinham se deteriorando com a elevação da taxa de juros Selic, que implicou a elevação dos gastos com juros de

4,54% do PIB em 2012 para 5,64% do PIB em 2014. Com isso, a margem de manobra do governo se reduziu no que diz respeito aos instrumentos de estímulos à demanda via seus gastos correntes.

As dificuldades no campo econômico tornavam-se cada vez maiores com a deterioração externa, com a piora das contas públicas e com a desaceleração da acumulação. No campo político, o governo também foi gradualmente perdendo capacidade organizativa. A presidenta mostrou-se um desastre no campo da habilidade política, a antítese de seu antecessor. A sua incapacidade de dialogar mostrou-se impressionante, já que exibia pouca disposição para a conversação política com deputados e senadores e até mesmo com membros do seu partido. O governo foi perdendo votações e capacidade de pautar agendas no Congresso Nacional, ampliando a insatisfação no âmbito da cena política.

A presidenta realmente avaliou que poderia, de forma voluntarista, sem uma sólida aliança interclasses, e/ou uma intensa mobilização política dos trabalhadores, enquadrar a cena política e o bloco no poder do capitalismo brasileiro. Ela acreditou que o seu poder estatal (sua posição de presidenta) decorria de uma força própria (ao estilo weberiano) distinta do poder de classe que possibilitaria a realização de mudanças estruturais. Bastaria um desenho de especialistas/técnicos, destituídos de interesses de classe, e a vontade política do governante para realizar mudanças mais amplas. Doce ilusão! A história já nos mostrou que mudanças estruturais conseguem ser levadas adiante em algumas circunstâncias, tais como, em momentos de profunda mobilização popular, em um contexto autoritário, em situações de sólidas alianças interclasses, quando ocorrem depressões econômicas, ou em estados de guerra. Nestas situações o Estado pode adquirir uma maior autonomia relativa diante do bloco no poder e comandar, pelo menos temporariamente, o processo de acumulação.

Diante desse cenário, a frente política desenvolvimentista foi se desarticulando ao longo do primeiro mandato da presidente Dilma, acirrando as tensões de classe tanto no âmbito do bloco no poder quanto no sistema político-partidário (cena política), uma vez que as condições que viabilizaram essa frente foram desfeitas. A presidenta teve de recuar em boa parte das medidas adotadas no início de seu mandato, com exceção das desonerações. A tensão na cena política e no bloco no poder aumentava a cada dia. O surgimento e a ampliação da Operação Lava Jato ampliou a pressão. O projeto lulista – entendido como um modelo socioeconômico de desenvolvimento de centro-esquerda que buscou a coalizão de interesses entre a burguesia e o movimento sindical e popular – findava-se. As condições históricas hoje não permitem mais esse tipo de pactuação.

A última campanha eleitoral presidencial brasileira explicitou isso. A presidenta Dilma foi perdendo força e legitimidade, tanto i) nos segmentos dominantes – em virtude da queda na lucratividade/rentabilidade sobre o capital, do aumento do controle econômico (reformas do setor elétrico e modificações nas concessões) e da Operação Lava Jato, que assustava e prendia os grandes empreiteiros nacionais; e quanto ii) na classe média tradicional – que tornava-se cada vez mais

enfurecida com a redução do seu poder de consumo (elevação da inflação, sobretudo a de serviços), com a proximidade física da “ralé” (o subproletariado), que passou a ter acesso a serviços e espaços antes considerados de exclusividade dos segmentos mais abastados, como, por exemplo, as viagens aéreas, e com os números da corrupção explicitados na Lava Jato.

Para se reeleger, a presidenta e sua campanha adotaram um discurso direcionado para os segmentos mais pobres e para os movimentos sindicais, sociais e populares, propondo a continuidade do modelo que garantiu a elevação da renda do trabalho e certa inclusão social. A frente política desenvolvimentista e o “acordo” com os segmentos financeiros estavam definitivamente rompidos. Parecia que o segundo governo Dilma avançaria na direção do campo popular.

Desdobramentos de curto prazo da crise: ajuste fiscal, impeachment e letargia governamental

Para surpresa de parte dos movimentos sociais e dos setores que apoiaram Dilma na reeleição, o segundo mandato iniciou-se numa direção diametralmente oposta. Logo após os resultados eleitorais, o governo guinou na direção das políticas econômicas ortodoxas e da manutenção dos interesses dos segmentos financeiros (através da elevação da taxa Selic). Joaquim Levy e Nelson Barbosa assumiram, respectivamente, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento e levaram adiante uma política de ajuste fiscal que englobava medidas de cortes lineares de despesas (afetando a educação, apesar do slogan “Pátria Educadora”, a saúde entre outras áreas), a redução dos direitos trabalhistas e a repatriação do capital brasileiro no exterior enviado ilegalmente por nossas elites.

Essas medidas aprofundaram a desaceleração econômica, já em curso, implicando a redução do PIB (-3,2% no acumulado do ano no 3º trimestre de 2015), a expressiva queda do investimento (-12,7 % no acumulado do ano no 3º trimestre de 2015), a elevação do desemprego e a redução da renda real dos trabalhadores. Situação esta que deverá piorar muito com as novas rodadas de ajuste fiscal e com os desfechos empresariais (prisões de empresários, multas e novas delações premiadas) da Operação Lava Jato

Parecia que a estratégia seria repetir as medidas adotadas pelo primeiro governo Lula, quer dizer, a priorização da introdução de medidas voltadas para a recuperação da confiança dos mercados visando ao restabelecimento do crescimento. Ou seja, procurava-se um novo acordo com os setores dominantes. Mas isso é praticamente impossível em virtude das atuais condições históricas (cenário externo desfavorável, Operação Lava Jato, extrema desconfiança das elites com o PT, dificuldade em mobilizar a base do PT em prol do ajuste fiscal etc.). Uma aposta muito ariscada e que tem se mostrado ineficiente.

Nos últimos anos, sob os governos do PT, foi possível obter melhorias sociais e econômicas na base da pirâmide e em seu topo (aumento das taxas de lucros dos diversos segmentos até o início do governo Dilma) e um certo achatamento dos rendimentos no meio da pirâmide (classe média), notadamente na segunda metade do primeiro governo Dilma. A despeito da melhora dos de cima e

dos de baixo, o PT perdeu sua áurea de partido diferenciado, com o episódio do mensalão e, sobretudo, da Lava Jato, assim como viu deteriorar-se sua capacidade narrativa de “mudar o país” em decorrência de sua pactuação com o PMDB, a qual representa a blindagem contra as forças sociais. Com isso, o PT tornou-se um partido igual aos outros, acentuando a crise política de representação no Brasil no âmbito da cena política.

Ademais, esta crise aprofundou-se com o ajuste fiscal, destruindo a já frágil base parlamentar do governo no Congresso Nacional e criando uma fratura no PT. Enquanto parte da base parlamentar aliada votava contra o ajuste, a crise política ampliou-se de forma impressionante, ainda mais com o foco dado ao *impeachment* por Eduardo Cunha, presidente da Câmara de Deputados – um dos indiciados pela Operação Lava Jato.

Essa crise política teve um dos seus pontos críticos na primeira semana de agosto de 2015. O vice-presidente Michel Temer, do PMDB, convocou a imprensa e reconheceu que a situação era grave, após reunião com as lideranças dos partidos governistas, e se ofereceu como alternativa para reunificar o país. O então ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, elogiou o PSDB, reconhecendo os erros cometidos pelo PT, propondo um “acordo suprapartidário” diante da crise política. O Planalto perdeu, assim, a governabilidade, e ficou ainda mais paralisado.

O *impeachment* passou a ser uma possibilidade real. Parecia naquele momento que ao governo Dilma cairia. No âmbito da cena política, a fração aecista do PSDB, juntamente com o DEM e com parte do PMDB, controlada por Eduardo Cunha, passou a defender novas eleições. As frações do PSDB controladas por Serra, Alckmin e, por fim, FHC, juntamente com parte do PMDB, passaram a defender o *impeachment* denotando um movimento no qual Temer assumiria a presidência, e projetava nova eleições apenas para 2018. Com disso, a oposição não conseguiu construir um consenso mínimo, ampliando a instabilidade para a realização do processo de impedimento da presidenta Dilma.

A probabilidade de um processo como este sair do controle e paralisar o país tornou-se enorme, o que poderia impactar ainda mais a crise econômica e seus efeitos depressivos sobre as taxas de rentabilidade dos setores dominantes, sobretudo o não financeiro. O processo de acumulação do capitalismo brasileiro poderia travar e, por conta disso, o impedimento da presidenta Dilma passou a ser percebido como uma estratégia muito arriscada, em termos econômicos, para as frações do bloco no poder.

Assim, os segmentos dominantes passaram, naquele momento, a emitir sinais para os seus representantes no Congresso (cena política) de rejeição do *impeachment*, pelo menos no curto prazo. Continuaram criticando o governo, mas o impedimento não deveria ser o caminho a ser seguido imediatamente.

Em reunião com os senadores do PT, em 5 de agosto, João Roberto Marinho, um dos donos da Rede Globo, afirmou que Dilma deveria ser sucedida pelo vencedor das eleições em 2018. O surpreendente editorial do jornal *O Globo*, de 8 de agosto de 2015, reforça essa posição ao afirmar que os políticos responsáveis de todos os partidos deveriam proporcionar as condições de governabilidade ao governo Dilma. A palavra *impeachment* passou a ser menos utilizada em quase todos os telejornais da emissora.

Pelo lado dos segmentos industriais, a FIESP e a Firjan emitiram nota em prol da governabilidade do país, apelando a todas as forças políticas e argumentando a necessidade de se trabalhar em prol da sociedade brasileira, o que para essas duas instituições significa não “permitir mais irresponsabilidades fiscais, tributárias ou administrativas”, buscando “manter o grau de investimento” do país.

Pelo lado das finanças, Luis Carlos Trabuco, presidente do Banco Bradesco, afirmou a necessidade de maior convergência entre políticos, executivos e autoridades para reduzir a crise política e seus impactos sobre a crise econômica. Ou seja, um apelo em favor da necessidade do restabelecimento da confiança.

O presidente do Senado, Renan Calheiros – outro indiciado na Operação Lava Jato – percebeu a sinalização do bloco no poder e passou a conter as manobras do presidente da Câmara e, ao mesmo tempo, propôs a Agenda Brasil fortemente alinhada com o ajuste fiscal e com a ideia de reformas⁹ em prol dos capitalistas (neoliberais).

Apesar destes sinais, o jogo político vem sendo jogado dia a dia (praticamente hora a hora!). Um novo ponto crítico da crise política estabeleceu-se com o acolhimento do pedido de impeachment pelo presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha, no dia 02 de dezembro de 2015. Os desdobramentos políticos desse processo são incertos (há um elevado grau de aleatoriedade nesse processo).

Com a deterioração econômica acelerada e a paralisia do processo de acumulação, os segmentos dominantes/bloco no poder, até agora, não emitiram sinais claros para os seus representantes no Congresso (cena política) que são contra o *impeachment* como haviam feito na primeira semana de agosto de 2015. A FIESP declarou apoio ao impedimento, mas outros segmentos do bloco no poder não se posicionaram. Há uma elevada fragmentação entre as frações do bloco no poder no que diz respeito ao impedimento em virtude dos desdobramentos incertos da operação lava jato e da dificuldade de unidade das oposições (PSDB, DEM e parte do PMDB) em construir uma alternativa ao governo Dilma.

9 Entre elas, a preocupante Lei Antiterrorismo, que tem o intuito de criminalizar movimentos sociais, pois estabelece, em seu texto original, penas duras por supostos crimes contra o patrimônio público (quebrar uma vidraça de uma reitoria de universidade federal pode dar até 12 anos de reclusão) apesar de não explicitar, em nenhum momento, o conceito de terrorismo.

O impedimento da presidenta Dilma pode, para parte dos segmentos dominantes, ser percebido como uma estratégia para destravar a acumulação capitalista, quer dizer, uma crença num suposto recomeço. Essa perspectiva de parte do bloco no poder, porém, subestima os possíveis desdobramentos políticos da Lava Jato sobre o PMDB, partido do atual vice-presidente Michel Temer, que assumiria a presidência no caso do impedimento, e até mesmo sobre os demais partidos da oposição, como o PSDB, que ocupou o poder executivo federal por dois mandatos. Ademais, é importante frisar que estão em julgamento no TSE as doações de campanha à reeleição, que, em caso de condenação da chapa vencedora, impediriam a tomada de poder por Temer, convocando, assim, novas eleições.

Independentemente do desfecho do impedimento, o cenário econômico (acumulação do bloco no poder) e político (cena política) refletem uma crise da acumulação do capitalismo brasileiro que é muito mais profunda do que uma crise na cena política. A crise não é só do “presidencialismo de coalizão”, mas sim, também, do processo de acumulação de capital que se manifesta na dinâmica do bloco no poder e em seus rebatimentos na cena política. Não há sinais claros que a crise possa se reverter, seja com o impedimento ou com a manutenção da presidenta Dilma. Pelo contrário, o que se observa é que a crise de acumulação pode se aprofundar com os desdobramentos empresariais da Operação Lava Jato (prisão dos principais empreiteiros do país e de importante banqueiro, como do proprietário do banco BTG Pactual, sexto maior banco do país em 2015). A Operação Lava Jato – que dificilmente será contida, sobretudo depois de revelações vindas à tona pelo senador do PT Delcídio do Amaral após sua prisão juntamente com o dono do BTG Pactual – está rompendo as atuais formas de entrelaçamento histórico do bloco no poder do capitalismo com o Estado brasileiro. A crise de acumulação vai durar até o momento em que se construam novas formas de entrelaçamento, o que não é visível num horizonte curto. O que, no entanto, podemos observar, dados os sinais até o presente momento, são alguns dos possíveis desdobramentos de longo prazo da crise.

Desdobramentos de longo prazo da crise: novas rodadas de reformas neoliberais e reestruturação do capitalismo brasileiro

A crise em curso provocará desdobramentos nas formas de entrelaçamento do bloco no poder do capitalismo e de sua relação histórica com o Estado e nos conflitos entre o bloco no poder e os dominados (trabalhadores). As sinalizações, até o momento, sugerem que (i) viveremos novas rodadas de reformas neoliberais pró-capitalistas e contra o trabalho; e que (ii) já está em curso uma reestruturação dos blocos de capitais no capitalismo brasileiro. Tais medidas provavelmente gerarão dinâmicas de concentração e desnacionalização, modificando e reforçando posições das frações do bloco no poder.

Caso o impedimento não avance, a presidenta Dilma ficará acuada durante todo o seu mandato. O fantasma do *impeachment* servirá como instrumento de pressão do bloco no poder e de

seus representantes (na cena política) para que o governo avance na direção do ajuste fiscal e, se possível, a depender da correlação de forças e da resistência dos movimentos sindicais e sociais, no rumo de novas reformas estruturais neoliberais, conforme proposto pela Agenda Brasil e pelos economistas do PSDB. Para eles, os entraves ao crescimento são fruto das políticas de ganhos reais dos salários, da ampliação das políticas de proteção e dos gastos públicos com as políticas universalizantes (saúde e educação).

Na hipótese da concretização do impedimento e da não impugnação da chapa Dilma-Temer pelo TSE, o novo presidente provavelmente deverá atuar na mesma direção do ajuste fiscal e das reformas neoliberais, uma vez que a Agenda Brasil nasceu no âmbito do PMDB, partido que recentemente lançou documento programático (*Uma ponte para o futuro*) focado no ajuste fiscal permanente e nas reformas neoliberais. Provavelmente, a grande diferença esteja associada à temporalidade das medidas e à maior dificuldade da presidenta Dilma em adotar reformas neoliberais em decorrência da resistência da base social do PT formada por movimentos sindicais, sociais e populares.

A atual conjuntura econômica e política e as projeções para o futuro são extremamente desfavoráveis para os trabalhadores, os movimentos sindicais, sociais e populares do campo da esquerda. Estes precisarão lutar com todas as suas forças para manter as conquistas sociais recentes e a própria Constituição cidadã promulgada em 1988. O ajuste fiscal poderá ser apenas o primeiro passo da estratégia proposta pelo bloco no poder e por seus representantes políticos e acadêmicos.

No âmbito da reestruturação dos blocos de capitais no capitalismo brasileiro, provavelmente ocorrerá um processo de concentração e de centralização do capital, por meio de fusões e aquisições, atrelado à desnacionalização da estrutura produtiva. Cabe observar que a concentração e centralização do capital são características inerentes à acumulação capitalista. No entanto, em momentos de crise, esse fenômeno tende a se intensificar em vista das estratégias defensivas das frações do capital.

Os dados sobre a evolução das fusões e aquisições no Brasil mostram um crescimento do número de operações e no valor das negociações. Entre 2011 e 2014, o valor das fusões e aquisições saltou de R\$ 142,8 bilhões para R\$ 193 bilhões. Os dados de outubro de 2015 (no acumulado do ano) mostram uma superioridade das negociações realizadas pelas empresas estrangeiras em relação às nacionais, sendo a primeira vez que isso acontece desde 2000 (VALOR, 23 novembro de 2015).

O processo de fusões e aquisições deve aumentar em 2016 em virtude da crise econômica (desaceleração das vendas), do aumento do endividamento das empresas em 2015 – que tem na desvalorização cambial um de seus fatores de aceleração – e dos efeitos da Operação Lava Jato, uma vez que as empreiteiras e o banco BTG Pactual, envolvidos na operação, tiveram e terão que vender ativos para pagar dívidas judiciais ou fazer caixa para futuras perdas.

O Quadro 1, que apresenta as dez maiores operações anunciadas de fusão e aquisição, mostra que os meses de outubro e novembro de 2015 concentraram os maiores volumes de transações. No acumulado do ano, até o dia 04 de dezembro de 2015, o valor total das operações foi de US 23,8 bilhões. Cabe observar que o banco Bradesco foi a empresa que desembolsou o maior volume nas aquisições de outras empresas (mais de US\$ 7 bilhões para a compra do HSBC Bank Brasil e do HSBC Serviços e Participações e para a compra de 36% da Minerações Brasileiras Reunidas). Isso evidencia a capacidade financeira do setor bancário-financeiro em decorrência de suas elevadas taxas de rentabilidade e, conseqüentemente, de suas elevadas massas de lucros anos após ano.

Quadro 1

As 10 maiores operações anunciadas de fusão e aquisição (Período: 01/01/2015 a 04/12/2015)

Data de anúncio	Status(pendente / concluído)	Valor do negócio (US\$ milhões)	Empresa-alvo (% a ser adquirida) (% a ser adquirida)	Nacionalidade da empresa-alvo	Assessor da empresa-alvo	Comprador	Nacionalidade do comprador
09/02/2015	Pendente	800	Abril Educacao (54%)	Brasil		Tarpon Investimentos	Brasil
23/02/2015	Concluído	3.577	Souza Cruz (25%)	Brasil	CS	British American Tobacco	Reino Unido
07/05/2015	Pendente	825	Renovia Energia renewable energy assets	Brasil	CS, BTGP	SunEdison	Estados Unidos
30/07/2015	Concluído	1.194	Mineracoes Brasileiras Reunidas (36%)	Brasil		Banco Bradesco	Brasil
30/07/2015	Concluído	694	Companhia Brasileira de Distribuicao (19%)	Brasil	Rothschild, Citi, CA, BR Partners, Daiwa, JPM	Almacenes Exito	Colômbia
03/08/2015	Pendente	5.200	HSBC Bank Brasil, HSBC Servicos e Participacoes	Brasil	GS, HSBC	Banco Bradesco	Brasil
26/10/2015	Pendente	4.000	Oi (Stake%)	Brasil	BTGP	CTF Holdings	Rússia
02/11/2015	Pendente	985	Hypermarcas cosmetics division	Brasil	BAML, BR Partners	Agnaten	Áustria
13/11/2015	Pendente	2.796	Cetip SA Mercados Organizados	Brasil	Itau	BM&F Bovespa	Brasil
25/11/2015	Concluído	3.709	Jupia & Ilha Solteria Hydro Plants	Brasil		China Three Gorges	China

Fonte: Valor Econômico

Outro ponto importante é a quantidade de empresas compradas por estrangeiros em 2015. Além de compradores com sede em países tradicionais como Estados Unidos e Reino Unido, chama a atenção a oferta de US\$ 4 bilhões feita por um fundo russo de investimento para capitalizar a empresa de telefonia Oi com o propósito de combinar seus negócios com a TIM. Há ainda a venda das hidrelétricas Jupia e Ilha Solteira no valor de US\$ 3,7 bilhões para a empresa chinesa China Three Gorges. Apesar da importante desaceleração da economia daquele país, as aquisições chinesas podem continuar em virtude de suas necessidades de acesso a recursos naturais e energia, da diversificação dos recursos financeiros mantidos em títulos do governo americano e das dificuldades domésticas em virtude das mudanças no seu próprio modelo de acumulação.

5. CONCLUSÕES

Procurou-se ao longo deste trabalho realizar uma análise da dinâmica econômica e política dos governos Dilma (2011-2015), buscando identificar os principais fatores que geraram a atual crise e

seus possíveis desdobramentos. No que tange aos fatores da crise, argumentou-se que há um conjunto de fatores econômicos e políticos entrelaçados (fim da bonança internacional, fim da frente política desenvolvimentista, voluntarismo tacanho da presidenta Dilma, operação lava jato, desarticulação governamental na cena política, etc) que estão travando o processo de acumulação, refletindo as contradições do processo de produção e reprodução do capitalismo brasileiro. A crise ganhou contornos estruturais.

No que diz respeito aos possíveis desdobramentos da crise, identificou-se a possibilidade de avanço da concentração e centralização do capitalismo brasileiro, com a elevação da participação estrangeira e o aumento do poder dos segmentos dominantes (em suas frações nacionais e estrangeiras) do capitalismo brasileiro diante dos trabalhadores (segmentos dominados) em decorrência das novas rodadas de reformas neoliberais pró-capitalistas que estão por vir. Os movimentos sindicais, sociais e populares do campo da esquerda terão uma tarefa hercúlea para manter as conquistas sociais recentes e a Constituição cidadã de 1988.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M; LIMA-DE-OLIVEIRA, R; SCHNEIDER, B. Política Industrial e Empresas Estatais no Brasil: BNDES e Petrobras. In: GOMIDE, A. & PIRES, R. (org.) Capacidades Estatais e Democracia. Brasília: IPEA, 2014.
- BARBOSA, N. Oportunidades e desafios criados pelo desenvolvimento chinês ao Brasil. In: *Brasil e China no reordenamento das relações internacionais*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- BARBOSA, N. O desafio macroeconômico de 2015-2018. *Revista de Economia Política*, São Paulo , v. 35, n. 3, p. 403-425, Sept. 2015.
- BASTOS, C. P.; BIELSCHOWSKY, R.; PINTO, E. C.; GUAITA, N.; GUAITA, S. . Rentabilidade, investimento e produtividade na indústria de transformação brasileira: 2000-2009. In: DE NEGRI, F; CAVALCANTE, L. (Org.). *Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes*. Brasília: IPEA, 2015, v. 2, p. 209-254.
- BASTOS, P. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. spe, p. 779-810, dez. 2012
- BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. spe, p. 729-747, dez, 2012.
- BIELSCHOWSKY, R.; SQUEFF, G. C.; VASCONCELOS, L. F. Evolução dos investimentos nas três frentes de expansão da economia brasileira na década de 2000. In: Calixtre, A. B.; Biancarelli, A. M.; Cintra, M. A. C. (Org.). *Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014.
- BOITO JR, A. A burguesia no Governo Lula. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. *Neoliberalismo y Sectores Dominantes: Tendências globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: Clacso Libros, 2006, p. 237-263.
- BOITO JR., A. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR., A; GALVÃO, A. (Orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; THEUER, Daniela. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. spe, p. 811-829, dez. 2012
- CARCANHOLO, M. D. Causa e Formas de Manifestação da Crise: uma interpretação do debate marxista. Programa de Pós-graduação em Economia, UFF Dissertação de Mestrado, Niterói, 1996.
- CARCANHOLO, M. D. Conteúdo e Forma da Crise Atual do Capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, v. 1, p. 73-84, 2011.
- CARNEIRO, R. Velhos e novos desenvolvimentismos. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. spe, p. 749-778, dez. 2012
- CINTRA, M. A. M. O financiamento das contas externas brasileiras: 1995-2014. In: SQUEFF, Gabriel C. (Org.). *Dinâmica macrossetorial brasileira*. Brasília: Ipea, 2015. p. 131-178.
- CASTELO, R. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: CASTELO, R. *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 191-211
- CODATO, A. N. & PERISSINOTTO, R. M. O estado como instituição. Uma leitura das “obras históricas” de Marx. *Crítica Marxista*, n.º 13, Editora Revan, 2001.
- CODATO, A. N. *Sistema Estatal e Política Econômica no Brasil pós-64*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FILGUEIRAS, L. O Neoliberalismo no Brasil: Estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. *Neoliberalismo y Sectores Dominantes: Tendências globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: Clacso Libros, 2006, p. 179-206.
- FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a Construção do Conceito. In: Calixtre, A. B.; Biancarelli, A. M. ; Cintra, M. A. C.. (Org.). *Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014.
- LOPREATO, F. L. C. Aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. In: CALIXTRE, A.B.; BIANCARELLI, A.M.; CINTRA, M.A.M. (Org.). *Presente e Futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014, v. 1, p. 227-260.
- MARX, K. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelman*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural (Os Economistas), 1986.
- NOGUEIRA, I; OLLINAHU, O. Coopération et investissement brésiliens au Mozambique: une complémentarité contestée. *Autrepart: Revue de Sciences Sociales au Sud*, n° 73, 1, 2015.
- OLIVEIRA, N. *Neocorporativismo e políticas públicas*. São Paulo: Edições Loyola/CEAS, 2004.
- PANITCH, L. & GINDIN, S. Superintending Global Capital. *New Left Review*, n° 35, Sept/Oct, 2005.
- PAULANI, Leda M. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- PINTO, E. & BALANCO, P. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 39-60, mar. 2014.
- PINTO, E. *Bloco no poder e governo Lula*. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- PINTO, E. C. & CINTRA, M. América Latina e China: Limites econômicos e políticos ao desenvolvimento. *Textos para Discussão*, n° 12, Instituto de Economia da UFRJ, 2015.
- PINTO, E. C. A influência do sistema financeiro sobre o Estado brasileiro está mudando? *Jornal dos Economistas* (Corecon/RJ), Rio de Janeiro/RJ, p. 9 - 10, 01 jun. 2012.
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PRADO, A. Sobre integração das cadeias produtivas na América do Sul. Conferência de abertura no Colóquio Unasul-Instituto Lula. São Paulo, 13 de maio de 2015.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos Cebrap*, nº 102, jul. 2015.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos Cebrap*, nº 85, nov. 2009.

TEIXEIRA, R.; PINTO, E. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade* (UNICAMP. Impresso), v. 21, p. 909-941, 2012.

VALOR. Mais barato, Brasil atrai capital de fora, 23/11/2015. Disponível em: <http://www.valor.com.br/impreso/wall-street-journal-americas/mais-barato-brasil-atrai-capital-de-fora>

ANEXO

Tabela A.1

Rentabilidade sobre o patrimônio líquido/ROE (%)

	500 maiores empresas (não bancárias)	Setor bancário-financeiro	6 maiores construtoras	Indústria de transformação	Automóveis e ônibus	6 maiores Alimentos e Bebidas	Petróleo, gás, refino e coque (Petrobrás)	6 maiores siderúrgicas
1997	4,4	12,3	7,6	5,0	13,8	-23,5	7,3	7,4
1998	3,5	7,0	10,8	4,1	-4,0	9,9	6,6	7,3
1999	-1,3	13,0	8,9	0,6	-24,8	10,8	10,0	1,2
2000	7,9	9,4	8,9	12,2	-7,1	-12,7	40,2	19,5
2001	5,4	15,0	11,9	5,9	-10,0	19,7	41,8	0,1
2002	0,8	17,5	13,4	0,2	-47,7	-42,6	26,7	0,8
2003	12,4	16,2	8,9	23,6	-33,5	40,9	294,0	25,2
2004	11,3	17,9	9,8	25,6	-41,8	20,3	27,6	45,4
2005	11,8	22,1	8,7	19,4	29,3	7,6	29,1	33,4
2006	11,7	23,7	6,9	15,9	39,2	12,2	26,2	24,3
2007	12,0	25,3	13,3	17,7	101,0	10,7	19,0	23,7
2008	8,1	20,3	17,1	10,5	60,1	9,3	25,3	26,1
2009	9,7	16,3	17,7	17,2	47,4	12,7	17,9	20,5
2010	10,7	20,7	15,7	14,8	49,2	13,9	11,4	14,3
2011	8,2	20,9	11,2	10,5	43,3	15,6	10,0	7,9
2012	4,1	20,2	11,0	10,2	38,2	19,5	6,1	-2,3
2013	5,3	21,6	18,1		14,5	11,2	6,7	-2,8
2014	3,5	23,3	1,9			13,2	-7,0	3,1
Média anual								
1997-02	3,5	12,4	10,2	4,7	-13,3	-6,4	22,1	6,0
2003-10	11,0	20,3	12,3	18,1	31,4	15,9	56,3	26,6
2003-06	11,8	20,0	8,6	21,1	-1,7	20,3	94,2	32,1
2007-10	10,1	20,7	15,9	15,1	64,4	11,6	18,4	21,1
2011-14	5,3	21,5	10,6	10,4	32,0	14,9	4,0	1,5

Fonte: Base de dados própria, a partir das informações da *Revista Exame* (Maiores e Melhores) para as 500 maiores empresas (não bancárias), para a indústria de transformação (com a exceção dos sub-ramos petróleo e gás, refino de petróleo e coque e álcool) e para as empreiteiras; e Banco Central (para o setor bancário)